



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

SERVIÇOS DE PINTURA DOS PRÉDIOS DA CMJF

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - OBJETIVO

1.1 – Este documento tem por objetivo nortear as ações referentes à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pintura do Prédio Principal e do Prédio Anexo da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 - Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos e especificações técnicas fornecidas, e as prescrições contidas no presente memorial, as normas existentes para cada caso particular ou suas sucessoras, e legislações Federal, Estadual, Municipal, vigentes e pertinentes.

2.1.1 - É vedado ao contratado o uso de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.

2.2 – Quando necessário, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada todas as aquisições e exigências relacionadas com a perfeita execução dos serviços, tais como: materiais, equipamentos, E.P.I., mão-de-obra, obrigações sociais, taxas e emolumentos, placas exigidas pelos órgãos fiscalizadores, registros no CREA – MG, Concessionária de Energia Elétrica, Companhia de Água e Esgoto, Companhia Telefônica, Corpo de Bombeiros e nos Governos Municipal, Estadual e Federal.

2.3 - Os serviços acima citados deverão ser executados de maneira que causem o mínimo incômodo possível no funcionamento do órgão e às propriedades limítrofes do terreno onde serão executados os serviços.

2.4 - O Fiscalizador do Contrato deverá sempre ter acesso ao trabalho durante a execução dos serviços, e deverá receber todas as facilidades razoáveis para determinar se os materiais e mão-de-obra empregados estão de acordo com as especificações.

2.5 - A Contratada deverá, durante todo tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até à sua conclusão dentro do prazo estabelecido.

2.6 - Todo o pessoal da Contratada deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos.

2.7 - Qualquer funcionário da Contratada, ou de qualquer Subcontratada, se esta última for permitida e autorizada pelo Fiscalizador do Contrato, que não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada ou que seja desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos, deverá ser afastado imediatamente do local dos serviços pela Contratada.

2.8 - A Contratada deverá manter 01 (um) Encarregado e os demais profissionais necessários para a execução dos serviços. Todos os profissionais deverão ter carga horária de trabalho integral despendida

na obra.

2.9 - A Contratada deverá fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados, de modo a atender às exigências dos serviços e produzir produtos e serviços com qualidade e quantidade satisfatórias aos mesmos. O Fiscalizador do Contrato poderá ordenar a remoção ou a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

2.10 - A Contratada deverá manter no local dos serviços um “Diário de Obras” em duas vias, onde será anotado todo o memorial de execução dos serviços.

2.11 - Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados que ofereçam garantia dos trabalhos executados.

2.12 - Tendo em vista que o prédio estará ocupado durante a execução dos serviços, aqueles trabalhos que causarem impedimento às atividades, como remoção de reboco, execução de reboco, pinturas e outros nas áreas internas dos prédios deverão ser realizados fora do horário de expediente, e programados de forma antecipada e acordados quanto aos prazos com o Fiscalizador do Contrato, para que possam ser feitos os devidos remanejamentos de móveis e outros instrumentos de trabalho e que não afetem as atividades da Câmara.

2.13 – A critério da Contratada, em caráter excepcional e desde que devidamente justificado ao Fiscalizador do Contrato, poderão ser executados serviços após o horário normal de expediente da instituição, no período noturno, finais de semana e feriados desde que observados o descanso dominical e o limite máximo de 2 horas extras diárias.

2.14 - Caberá à Contratada elaborar o planejamento estratégico e plano de ataque adequado de todas as etapas, assim como os recursos necessários para o cumprimento dessas exigências.

2.15 - Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado, material ou equipamento a ser utilizado, seguir orientação do Fiscalizador do Contrato.

2.16 - Fica reservado à Câmara Municipal e seus prepostos, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial e nos demais documentos técnicos e contratuais fornecidos.

2.17 - Na existência de serviços não descritos, a Contratada somente poderá executá-los após aprovação do Fiscalizador do Contrato. A omissão de qualquer procedimento técnico ou normas neste, ou nos demais documentos contratuais, não exime a Contratada da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados.

2.18 - Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital, das especificações técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes. A existência e a atuação do Fiscalizador do Contrato em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne às obras e serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes.

2.19 - É da máxima importância, que a Contratada promova um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos no serviço, durante todas as suas fases, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com usuários das obras. A coordenação deverá ser precisa, enfatizando-se a importância do planejamento e da previsão. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços

objeto da licitação.

2.20 - Quaisquer divergências e dúvidas serão resolvidas antes do início dos serviços.

2.21 - A aprovação de compra dos materiais será feita por escrito, mediante amostras apresentadas ao Fiscalizador do Contrato antes da aquisição do material.

2.22 - O material que, por qualquer motivo, for adquirido sem aprovação do Fiscalizador do Contrato deverá, dentro de 72 horas, ser retirado e substituído pela Contratada, sem ônus adicional para a Câmara Municipal. O mesmo procedimento será adotado no caso do material entregue que não corresponder à amostra previamente apresentada. Ambos os casos serão definidos pelo Fiscalizador do Contrato.

2.23 - Os materiais deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob a responsabilidade da Contratada.

2.24 - Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um determinado material especificado por outro, a Contratada deverá apresentar por escrito, em tempo hábil, por intermédio do Fiscalizador do Contrato, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido, e apresentando o orçamento comparativo, de acordo com o que reza o contrato entre as partes sobre a equivalência.

2.25 - O estudo e aprovação pela Câmara Municipal dos pedidos de substituição, só serão efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

- a) Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a Câmara Municipal, no caso de materiais e ou equipamentos equivalentes.
- b) Apresentação de provas, pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo como peça fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, indicado e custeado pela Contratada e a aceito e aprovado pelo Fiscalizador do Contrato.
- c) Indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, que se destinam a definir o tipo e o padrão de qualidade requerido.
- d) A substituição do material especificado, de acordo com as normas da ABNT, só poderá ser feita quando autorizada pelo Fiscalizador do Contrato e nos casos previstos no contrato.
- e) Outros casos não previstos serão resolvidos pelo Fiscalizador do Contrato, depois de satisfeitas as exigências dos motivos ponderáveis ou aprovada a possibilidade de atendê-las.

2.26 - O Fiscalizador do Contrato deverá ter livre acesso a todos os depósitos de materiais, equipamentos e ferramentas, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações e prazos de validade.